Por Beatriz Bulla e Anne Warth, do Estadão Conteúdo

Para Lucia Casasanta, empresas privadas dependem única e exclusivamente da vontade dos donos, já em empresas estatais os procedimentos são mais complexos

É bem mais fácil implementar regras de compliance no ambiente privado do que numa empresa estatal. Essa é a avaliação da diretora de conformidade da Eletrobras, Lucia Casasanta. Ao assumir o cargo, diz, encontrou uma empresa com o "moral muito baixo". A seguir, trechos da entrevista.

Qual é a maior mudança realizada no modo de operar da Eletrobras nesses dois anos?

Quando a gestão atual chegou, era um momento de moral muito baixa. Havia uma investigação independente acontecendo, mas inconclusiva, e muita incerteza a respeito do envolvimento nas questões da Lava Jato. Havia um processo de deslistagem das ações da Eletrobras aberto nos Estados Unidos. Conseguimos concluir a etapa importante da investigação, que quantificava o impacto financeiro e como a Lava Jato afetava os principais investimentos da Eletrobras. Isso foi quantificado, registrado e arquivado na SEC (órgão regulador dos EUA). No mesmo momento, o processo foi suspenso e voltaram a negociar ações lá.

Quais são os desafios para a conformidade da Eletrobras?

Nesse período, nós atualizamos mais de 20 políticas relativas ao compliance, agora temos um novo regulamento de compras, um canal para denúncias externo unificado. O programa é robusto, mas nunca se está 100%, é uma eterna construção.

Antes, a sra. atuou no setor privado. Qual é a diferença?

Numa empresa privada é muito mais fácil, além de menos custoso. A empresa privada depende única e exclusivamente da vontade dos donos. A estatal tem também o lado governamental, que é o mais complexo. Chega a ser incomparável. Em empresa privada é uma questão de "quero" ou "não quero". E o "não quero" define várias outras questões. Por exemplo: a empresa privada pode dizer a um fornecedor que não quer contratá-lo. Na estatal, é preciso dar o direito de concorrência. A estatal tem um processo mais caro, porque abre direito de concorrência e precisa exigir e conferir procedimentos. Fica mais caro e demorado.

Há risco de perder o que foi conquistado na Eletrobras nos últimos anos?

Eu acho que é um processo que não tem volta. O procedimento está consolidado.

Uma reportagem do 'Estadão/Broadcast' apontava que a influência política na indicação de diretores continua forte. Isso é perigoso para a Eletrobras?

Temos uma política bastante robusta sobre indicação, muito suportada na lei das estatais. Há questões claras sobre ligação com política e se requer níveis de experiência técnica e acadêmica. É feito um processo interno, que passa pela diretoria de conformidade, com checagem de currículo, por governança e pela comissão de indicação, órgão do conselho de administração da holding com conselheiros independentes. Tivemos casos de indicados que não passaram.

A sra. enfrentou resistências internas às mudanças?

Não se iludam, não gostamos de estar nos jornais, de ter pecha de empresa com ficha suja. Não somos ficha suja. Fomos vítimas (da corrupção) e agora somos um case de sucesso e queremos continuar assim.

Fonte: EXAME, em 23.07.2018.